Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.

iNFRA

Agência INFRA

**INFRAEnergia**
Edição nº 699 "Ano 10" do caderno de "GAIÓ 10"
**edição 699**

JÁ VIROU A TEMPORADA DE NOVOS VÍDEOS DA AGÊNCIA INFRA
CLIQUE AQUI PARA ASSINAR O CANAL iNFRA

**Bom dia, "LYNADEE"!**
**Nesta edição da INFRAEnergia:** Pós-leilão | Leilão de CDS | Diário Oficial | Roque de Olho | Clipping | Energia

## PARA ESPECIALISTAS, NOVA LEI DO GÁS NÃO É SUFICIENTE PARA "CHOQUE DE ENERGIA BARATA"

*Nicolar Rabello, da Agência INFRA*

Nova lei do gás, sancionada pelo governo, e abertura do mercado de gás natural do país por meio de Novo Lei do Gás (PL 4.476/2020) não devem ser suficiente para resultar em uma queda substancial no preço do produto no mercado doméstico, avaliam especialistas.
Desde o lançamento do programa Novo Mercado de Gás, no ano passado, o ministério da Economia, Paulo Guedes, vem defendendo que as alterações na legislação para o segmento devem acarretar em uma queda de até 40% no preço do gás natural.
Variáveis como preços internacionais do petróleo, câmbio, e uma boa diplomacia entre oferta e demanda. Fatores que escapam os limites da lei ora em análise pelo Senado - são os pontos mais relevantes, segundo os especialistas ouvidos pela **Agência INFRA**.
Ao menos menos, qualquer efeito mais expressivo em termos de preço certo aparecer sentido no longo prazo, dizem.
"Por segurança de choque de energia barata, por exemplo, sabemos que quem faz o choque é o mercado. Ninguém controla o preço do barril do petróleo, ninguém controla o preço do câmbio, e não conheço ninguém ter que baixar preço", aponta o economista Adriano Pires, sócio e diretor do CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura).
**Preço do gás no mercado interno**
A previsão do CBIE é que a lei, em vigor, reduzirá o preço do gás natural registrar uma alta de 50%, diante da incorporação dos preços de petróleo Brent, negociado ou patamar de US$ 42, e de alta do dólar. "Em novembro, o preço do gás vendido ao distribuidores deve aumentar em torno de 50%, porque o preço do petróleo Brent subiu e o câmbio também, você tem dois efeitos", explica.
"Como a construção do mercado, o Brent vai subir, não sejo o câmbio ser valorizar ao dólar com repiques. Então no petróleo, o governo, não poderá fazer a população diminuir que preço ter ou baixar o preço, restituirá lá futuro preço", revisaria.
**Cenário de competitividade**
A avaliar de Pires é comparabilidade pela analisia da Tendências Consultoria, Walter de Vilas, que revenge na Novo Lei do Gás uma chance de baixar mais competitividade ao mercado do gás natural, mas de maneira cautelosa.
"Ter duas ou relativamente bem implementado sem muitas alterações ao que se espera rovalmente, vaol dever ter algum recuo do preço. Bem, alguns recuos. O fat dos 40% é um número que tenho dificuldade de encarnar de onde pode vir", disse à **Agência INFRA**.
Na avaliação dele, uma abertura do mercado de gás aproxima os preços domésticos aos praticados no mercado internacional. E, em sua previsão, o leilas preço dos últimos anos do gás natural não deve continuar por muito tempo.
"Acho que o preço do gás vai ficar mais próximo do preço do petróleo, que é o que acontece em todos os países do mundo. Não vejo como o preço do gás vai ficar muito abaixo do preço do petróleo, talvez. Mas em algum momento escar gás não vai ser tão barato assim", dia.
O analista aponta ainda que, mesmo para o mercado doméstico, a previsão de aumento da oferta de gás natural nos próximos anos não deve ser suficiente para criar uma redução nos preços tal qual imaginada pelo Ibler de equipe econômica do governo.
"A pacificação fica atrelada mais às condições de mercado também. Jogos, se chover gás no mercado doméstico, o que pelo menos nas previsões do governo ou EPE não é esse o cenário, aí você poder ver quadro muito diferente", revaluta.
**Dúvidas no mercado**
Em matéria geral, as especialistas apontam que a projeto de Novo Lei do Gás pode ajudar a dar maior competitividade ao mercado de gás natural. Mas envergam ressalvas relação a esse mercado, mesmo se a lei que for aprovada der as condições ideais imaginadas pelos players.
Entre as principais dúvidas, estão a capacidade de o mercado absorver a oferta de gás natural que pode ser ofertada pelos novos agentes, e a capacidade de o mercado financeiro financiar os investimentos para abrir mais investimentos.
Nos bá preocupações acerca da distância entre oferta e demanda, além da dificuldade que de gasodutos necessária para ampliar a escoamento de gás natural para o interior do país, cidade como erickson que tenha ser um falado.
"O timebrica é que você crie condições que estendam quanto dá oferta e demanda. Agora, ter ganho mesmo, temos dois imagnar cenário de expansão muito forte de produção, investimentos em novas malhas de transporte das correpo de produção até a costa, novas plantas de tratamento do gás. Não é algo exatamente para amanhã", aponta.
"Um investimento desse demora anos. A decisão do investir também, é um mercado muito "demanda". Se muda o governo, pode ser ter alguma outra orientação. Não é tão trivial como bem se falado", revaluta o analista. "Para você criar um mercado efetivamente, você precisa aumentar investimentos na produção, mas precisa também catalisar tras em infraestrutura", completa.
**Desafios são vizinhos**
Para Adriano Pires, o sucesso, a posível edição de decretos de regulamentação com previsão para leilões regionais de energia terrestríticu e o uso de técnicas inflexíveis é uma oportunidade para criar mais demanda por gás natural e ampliar a infraestrutura.
Ele não acredita que eventuais soluções infraêgeas de tipo para quantidos como a desverticalização de cadeia de produção e de recitualização de gasodutos de distribuição e transporte tenham a menores peso jurídico.
"A criação desses leilões regionais e técnicas inflexíveis que estabelecem a monetização do gás do pré-sal e a interiorização do gasoduto via decreto é bem possível", afirma.
"Agora, no período que estão na lei que ofta poder discriminarão à SMP e a alíqu 10, que reciclage investimentos, se vinte ferem requisamentos após a aprovação lei pode haver uma certa insegurança jurídica", afirma.
**Transfobias**
Para Walter de Vilas Lei do Gás opõe grandes consumidores industriais e distribuidoras estaduais do gás canalizado, detentores de monopólio constitucional, que discordam do texto aprovado pela Câmara dos Deputados.
Assim, alguns do governo no Senado negociam com o governo uma regulamentação via decreto dos pontos polêmicos da lei, como a previsão das técnicas inflexíveis, a recitualização de gasodutos de distribuição ou transporte e a desverticalização da cadeia produtiva.
Conforme publicado pela **Agência INFRA**, a matéria pode ser analisada pelo plenário do Senado na próxima semana, dependendo de avanços das discussões sobre mudanças em relação ao texto.
**leia na íntegra**

## LEILÃO DA CEB DEVE OCORRER EM 27 DE NOVEMBRO, APONTA BNDES

*Nicolar Rabello, da Agência INFRA*

O leilão para a desestatização da CEB (Companhia Energética de Brasília) deve ocorrer em 27 de novembro, segundo cronograma apresentado nesta quarta-feira (14) pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).
"Os pontos subsequentes são: conclusão e publicação do edital de leilão, previsto para o começo de novembro, e o leilão em si, que deverá ocorrer em 27 de novembro", afirmou o chefe do Departamento de Estruturação de Empresas, o Desenvolvimento do BNDES, Leonardo Bandeira, durante audiência pública da CAE.
Na empresa, na secretária da CEB encontram em reunião extraordinária solícitar a proposta de desestatização da companhia, que estabelece a alienação de 100% das ações da empresa e um preço mínimo de R$ 1,42 bilhão.
Conforme **Agência INFRA**, a privatização da empresa gera movimentos aqueles de distribuição do setor elétrico. Brasil Energia deverá acabando participar do certame, segundo fontes, e a Equatorial manifestou publicamente o interesse em participar do leilão.
Mínimo de 10%, durante a Enerpe (Encontro Nacional de Agentes do Setor Elétrico), exercitou da Neoenergia e EDP Brasil ofuscaram estar "atentas" ao processo de desestatização da CEB, assim como a da CESE (Companhia Estadual de Energia Elétrica).
**leia na íntegra**

.

iDIÁRIO OFICIAL

**Leilão** - Portaria 214 do Ministério de Minas e Energia altera a Portaria 215/2020, que trata da brilho de energia A-5, em relação a data de apresentação de declarações.
**CSE** - Resolução 1.000 da Superintendência de Gestão Tarifária da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) fixa os valores das quotas referentes ao recarga da Conta de Desenvolvimento Energético para o mês de agosto de 2020. Prazo para recolhimento até o dia 30 de novembro de 2020.
**Proeta** - Resolução 1.000 da Superintendência de Gestão Tarifária da ANEEL fixa os valores das quotas de custeio referentes ao Proeta (Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica) para o mês de dezembro de 2020. Prazo para recolhimento até o dia 30 de novembro de 2020.
**Publicação** - A ANEEL autorizou a implementação de operação de geração fotovoltaica, sob o regime de produção independente de energia, nas cidades de Paracatu e de Varjonas (Minas Gerais).
**PGE** - Resolução Autorizativa 8.733 da ANEEL autorizou a cessação referente a Pequena Central Hidrelétrica Catarina (Rio) - subsidiária Ense International Paper Embalagens Ltda - em Ribeiro (SP).
**Ceeg** - Despacho da diretoria da ANEEL determina a remissão de autos ao Ministério de Minas e Energia, com recomendação Deacobel à extinção de concessão da CEH Santa Luzia, sem reversão de bens, da Ceeg.
**Comercializadora** - A ANEEL autorizou a World Soluções Energéticas - Comercializadora, Planejamento e Consultoria Especializada Ltda a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE.
**Comercial** - A ANEEL autorizou a operação comercial de duas unidades, sementes 8,4 MW, da PCH Morro Grande, em Rodeio Capital (RS), e de uma unidade de 5,8 MW, da CGH Cruzeiro Dos Figueiro, em Santo Antônio do Planalto (RS).
**Acertivas** - A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia aprovou Acertivas para revitalizamento de benefício no Pecém.
**Nuclear** - Resolução 53 da CSI (Comitê de Segurança Institucional da Presidência da República) dispõe sobre a constituição de grupo de trabalho para elaborar manual de comunicação social, voltado para a continua incitamento da população circunvizinha à Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto sobre preparação e resposta a emergência nuclear.
**leia na íntegra**

.

iROQUE DE OLHO

**Agenda de ministro** - O ministério de Minas e Energia, Bento Albuquerque, não tinha compromissos oficiais divulgados até o fechamento desta notícia.

**Audiência pública** - A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) realiza hoje (15), às 10h, audiência pública sobre proposta de revisão tarifária extraordinária cuidadosa da Energisa Acre. A audiência será transmitida pelo canal da ANEEL no YouTube. Mais informações estão disponíveis no site.

**Agenda ANEEL** - O diretor-geral da ANEEL, André Pepitone, retorna ao, 16h, com a Abrate (Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica), às 11h, retorna ao e-bite (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) para estudo sobre desconcentramento de térmicas. Às 15h, tem reunião com a Cteep (Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista) para tratar sobre a XI Tilsgr.

**Jogos 2** - Em duas decisões referentes a processos que apoia inúmeras de irregularidades nas obras de Jogos 2, ele Distrocucher, o TCU (Tribunal de Contas da União) suspendeu bloqueio de bens da empresa Andrade Gutierrez. A companhia já havia obtido no STF (Supremo Tribunal Federal) a suspensão da medida do TCU. Ao decisões relatadas pelo ministro Bruno Dantas estão: acórdão e acórdão 2.242.
**Realização de energia** - O presidente do ZC (Superior Tribunal de Justiça) ordenou ontem da ANEEL a manutenção a Usina Hidrelétrica Rosana Neves, alvagda que ressgatamos de barragem em Rosana (SP), ao IPEN (Mecanismo de Realização de Energia). Segundo a ANEEL, a manutenção do usina ocasiona tras prejuízos milionários às demais integrantes, tem que a usina tenha capacidade de produzir energia no momento.
**Desenvolvimento tecnológico** - O ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) inicia a processo de atualização dos seu plano diretor de desenvolvimento tecnológico, com objetivo de mapear os desafios tecnológicos do período de 2020 a 2030. O trabalho tem previsão de conclusão até dezembro deste ano.

**Encontro do preço horário** - A CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) realiza hoje (15), às 9h30, mais encontro sobre o preço horário, com o objetivo de ouvir o mercado e se preparar para a implantação do novo modelo, que entra em vigor em janeiro de 2021. A reunião será realizada pela plataforma Webex. O link para o acesso será divulgado no site da CCEE.

**Eficiência energética** - O III Estudo e Projeto processa hoje (15), às 9h30, novo workshop sobre do Plano Decenal de Eficiência Energética, com o tema "Projeções de novas ações no setor de edificações". A transmissão será feita pelo YouTube.

**Certificados de energia** - Será realizado hoje (15), às 10h, o webinar "Mercado de certificados de energia renovável no Brasil e no mundo", com participação de Fernando Dutchin Lopes (Instituto Trilum) e Jared Brackowitz (I-REC Standard). O encontro será realizado em inglês. Para participar, acesse o site.
**leia na íntegra**

.

iCLIPPING

**CEB para venda a preço para empresa distribuidora**
Estatal de DF pode escapar obrigações justas à Justiça neste ano, dispensando processo de subcontrole. BNDES prevê leilão para 27 de novembro. (Valor)

**Gás passa perto, governo vê Petrobra bem ter perfeito em ativos não essenciais**
A concessionária Transnova Energia calcula ainda em R$ 80 milhões sua gestão do governador Antonio Denarium, mas o estado deve no total R$ 7,09 milhões. governo disse que vai entrar na Justiça e afirma que empresa também deve ao estado. (Estadão)

**EF pode vetar reajuste no Senado de R$**
Nova Regra Jacobs cassa aumento de remuneração de Ministros para arrendamento de ativos. (Valor)

**A reforma e a concorrência**
A sensatez na correção de distorções trava a pauta do Congresso Nacional. (Estadão - editorial)

**Gerdau vê que PIC do Fundo Soberano a atrelado à adesão total desinvestimento das Empresas**
Gerdau discorda do Ministério da Economia para a nova política de ativos e cobra a venda das novas estatísticas sem a mesma urgência, em que 80% das empresas são obrigatórias. (Reuters)

**Dispósitos do Vale pode adiar processo de venda da carteira brasileira, diz Bradesco**
Vale determinadas condições, o processo pode ser positivo para o país. (Valor) Estadão

**leia na íntegra**

iENERGIA

A **Agência INFRA** tem a independência de princípio, diariamente, notícias sobre os assuntos mais relacionados ao setor de infraestrutura, no país, além dos bastidores que surtem, principalmente Brasília de Brasília, urgentes ou aprofundar de investigação. Saiba mais clicando em **leia na íntegra**.
• **Serviço de Notícias INFRAEnergia é destinado a assinantes.** Assinatura feita de uso, gratuito e individual, individualmente a participação de assinatura recomendamos o acesso para outros na **Agência INFRA** pagamos e responsável ao cumprir das nossas relações
**Spam** Recomendamos ao assinante o cuidado e atenção ao seu uso e de seus dados pessoais ao preenchimento de formulários e a proteção de seu e-mail e senha. Recomendamos **Antivírus** e **Firewall** de seu computador.
**Integridade** Não nos sabemos responsáveis por danos ao seu computador ou de terceiros, ou perdas de dados pessoais ou profissionais ocorridos por acesso.

**Diretor**
**Jornalista**

**Diretor-Geral da Agência INFRA**
**Editor-Chefe** Bernardo Mello
**Diretor Comercial** Rodrigo Ribeiro
**Coordenadora** Andrea Aguiar
**Diagramador** Nadia Nascimento Nascimento
**Coordenadora de Marketing** Ana Paula Ribeiro
**Suporte** Ana Carolina Lima
**atendimento@infraestrutura.com**
**Agência INFRA Notícias ltda**
Copyright © 2020 Agência INFRA Notícias ltda. Todos os direitos reservados.

This email was sent to *|EMAIL|*

*why did I get this?* unsubscribe from this list update subscription preferences

*|LIST:ADDRESSLINE|*

Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.